

natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 21 de Março de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 681/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Nazare Semedo de Andrade, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 24 de Novembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 682/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alpha Yagouba Bah, natural de Kambako Maci, República da Guiné Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 18 de Agosto de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 683/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Sergio Pacheco da Silva, natural de Confins-Lagoa Santa, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 2 de Abril de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 684/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sidney Belchote Pracuch, natural de Salvador/BA, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 28 de Agosto de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 685/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Coli Baldé, natural de Cossé, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Maio de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 17 794/2007

I — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código de Procedimento Administrativo, no âmbito das competências próprias previstas no n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, e das que me foram delegadas e subdelegadas pelo despacho n.º 12 227/2006, do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 12 de Junho de 2006, delegeo e subdelegeo, sem prejuízo do direito de avocação ou direcção, no chefe do Departamento Regional, responsável do Posto de Fronteira do Aeroporto da Madeira (PF004), da Direcção Regional da Madeira do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, inspector, nível 2, Mário Manuel Ferreira Silveira Costa, para as actividades e processos da respectiva área de jurisdição, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1) Recusar a entrada em território nacional, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, alterado pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro;

2) Conceder vistos de curta duração e de trânsito a cidadãos estrangeiros, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, alterado pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 4/2001, de 10 de Janeiro, e 34/2003, de 25 de Fevereiro.

II — Ratifico todos os actos que até à data da publicação do presente despacho tenham sido praticados pelo responsável acima identificado e que se enquadrem nos poderes ora conferidos.

19 de Junho de 2007. — O Director Regional, *César José de Jesus Inácio*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 17 795/2007

1 — Pelo despacho n.º 12 339/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007, foram criadas as 15 unidades orgânicas flexíveis desta direcção-geral (DGAJ).

2 — No quadro da reestruturação culminada pela Portaria n.º 558/2007, de 30 de Abril, e atendendo àquele despacho, torna-se necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas criadas. Uma dessas unidades é a Divisão de Gestão dos Tribunais (DGT) da Direcção de Serviços de Gestão Financeira (DSGF).

A técnica superior principal, pertencente ao quadro de pessoal da DGAJ, Maria João de Sousa Gonçalves Henriques, licenciada em Direito, possui os requisitos legais exigidos e revela também aptidão pessoal e competência técnica adequadas ao exercício de funções dirigentes, comprovadas pelos cargos desempenhados anteriormente. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar a prover.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão de Gestão dos Tribunais da DSGF da DGAJ a licenciada Maria João de Sousa Gonçalves Henriques, técnica superior principal, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 2 de Julho de 2007.

18 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Centro de Formação de Funcionários de Justiça

Aviso n.º 14 686/2007

1 — Através do aviso n.º 11 161/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de Outubro de 2006, na sequência do concurso de admissão à prova de acesso à categoria de técnico de justiça principal nas carreiras de oficial de justiça, conforme o aviso n.º 8284/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 28 de Julho de 2006, foi fixada a data da prova de acesso para o dia 13 de Novembro de 2007, entre as 10 e as 13 horas, no continente e na Região Autónoma da Madeira, e entre as 9 e as 12 horas, na Região Autónoma dos Açores.

2 — Faz-se público que, por meu despacho de 5 de Junho de 2007, a data da prova a que se refere o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 342/99, de 26 de Agosto, regulamentada pela Portaria n.º 174/2000, de 23 de Março, foi alterada para o dia 10 de Novembro de 2007, a realizar nos seguintes locais e horas:

Porto — das 10 às 13 horas na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Rua dos Bragas, 223;